



SEXUALIDADE E GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR: CONCEPÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

SEXUALITY AND GENDER IN THE SCHOOL CONTEXT: CONCEPTION OF ELEMENTARY EDUCATION TEACHERS I

Josiele dos Santos Novais¹
Terezinha Camargo Magalhães²

RESUMO: Este estudo visou compreender a concepção de professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental sobre Sexualidade e Gênero no contexto escolar e foi desenvolvido com base na abordagem qualitativa, do tipo pesquisa de campo e contou com a participação de quatro professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que lecionam numa Escola Pública da rede municipal de uma cidade no Interior Baiano. As participantes responderam a uma entrevista semiestruturada para coleta de informações. Os dados foram escrutinados por meio da técnica de análise de conteúdo na modalidade temática. Diante dos resultados analisados, constatamos que a concepção das professoras sobre sexualidade e gênero é permeada por dúvidas e incertezas de como trabalhar em sala de aula.

Palavras-chave: Ensino Fundamental; gênero; professores; sexualidade.

ABSTRACT: This study aimed to understand the conception of Sexuality and Gender in the school context of teachers in the Early Years of Elementary School, it was developed based on a qualitative approach, of the field research type and with the participation of four teachers from the Early Years of Elementary Education who teach in a Public School of the municipal network of a city in the interior of Bahia. The participants responded to a semi-structured interview to collect information. Data were scrutinized using the content analysis technique in the thematic modality. In view of the results analyzed, we found that the teachers' conception of sexuality and gender is permeated by doubts and uncertainties about how to work in the classroom..

Keywords: Elementary School; genre; sexuality; teachers.

INTRODUÇÃO

A sexualidade e o gênero estão inseridos em conjunturas sociais em que o relacionamento entre os indivíduos é prevalentemente imbricado de poder, ao determinar como e de que modo a pessoa deve se portar e viver em sociedade (Louro, 2014). Seguindo e ampliando este raciocínio, torna-se essencial expandir as discussões sobre sexualidade e gênero no contexto escolar, visto que a escola é um espaço social que constrói saberes, relações de respeito e os professores são agentes imprescindíveis para a construção e compreensão dos conhecimentos. Não obstante, abordar tais temáticas no cotidiano escolar é um grande desafio, pois, como concepções socioculturais, a sexualidade e o gênero estão sujeitos a crenças, tabus e valores que, na maioria das vezes, inviabilizam a discussão em sala de aula.

De acordo com Rizzato (2013), a sexualidade é um constructo social naturalizado

¹ Josiele dos Santos Novais, graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, novais.josi@gmail.com

² Terezinha Camargo Magalhães, Doutora em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, título revalidado pela UNICAMP. tecacamargo10@gmail.com



nas relações sociais e fortemente implicado em crenças, ideologias e na imaginação das pessoas, exercendo papel central sobre como o poder atua na sociedade. No que concerne ao gênero, pressupõe-se que ele seja próprio das representações e práticas concebidas como masculinos ou femininos em nossas relações sociais. Entretanto, essas construções são sempre transitórias, transformando-se ao longo do tempo e no interior de cada pessoa (Louro, 2014).

A quantidade de pesquisas brasileiras sobre a sexualidade e o gênero ainda é incipiente, principalmente se comparada com o que está sendo desenvolvido em nível internacional. Entretanto, as temáticas vêm ganhando um crescente interesse por parte de estudiosos e educadores, desencadeando um quadro de mudanças e (re)construção de discursos, uma vez que estão profundamente ligadas à história, cultura e costume de cada ser humano (Oliveira, 2009).

Alguns estudos realizados nos últimos anos destacaram os estereótipos construídos historicamente nas relações sociais, em que a escola reproduz práticas sexistas³ presentes na sociedade em geral, bem como as contradições e dissonâncias apresentadas nos discursos dos professores entrevistados, sobre as percepções da sexualidade e do gênero (Oriani, 2015; Rizzato, 2013).

Diante desse quadro, lançamos a questão que norteará este trabalho: qual a concepção dos professores sobre sexualidade e gênero no contexto escolar? Assim, estas reflexões têm como objetivo avaliar a percepção dos educadores a respeito da sexualidade e do gênero no âmbito da escola.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: SEXUALIDADE E GÊNERO

A introdução de temas como a sexualidade e o gênero – que são revestidos de valores, conflitos e questionam tabus e preconceitos – nos discursos das políticas curriculares, tende a desencadear um tenso processo de negociação entre o Estado e os movimentos sociais que cobram por mudanças nas políticas públicas e pelo reconhecimento de novas formas de diversidade.

De acordo com Vianna (2012, p. 131), há muito tempo se discute sobre a inserção da sexualidade no currículo escolar, mas ganhou força novamente a partir de 1995, sob pressão de movimentos de mulheres e devido também às consecutivas respostas do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso aos acordos internacionais referentes a uma agenda de gênero e sexualidade.

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) surgiu em 2017, criada pelo governo federal, que contou com a colaboração da sociedade civil, de organizações, entidades científicas e profissionais da educação (Brasil, 2017a). Em sua versão final, o documento para a educação infantil e o ensino fundamental especifica que a BNCC:

Integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (Brasil, 2017a, p. 8).

Atendendo ao disposto neste regramento, a BNCC será uma referência nacional obrigatória e auxiliará na formulação dos currículos e das propostas pedagógicas das instituições escolares, públicas ou privadas. Entretanto, este novo documento excluiu as



questões que envolvem a sexualidade e o gênero, antes incluídas pelos PCN como tema transversal, no volume de Orientação Sexual.

Nas palavras de Borges (2017), o MEC enviou o texto à imprensa dois dias antes de ser entregue ao CNE. No entanto, penas no dia 6 de abril de 2017, haveria permissão para divulgação de matérias, quando ocorreria a entrega oficial do documento ao CNE – responsável pela implementação da base. A versão final da BNCC apresentada pelo MEC ao CNE registrava algumas alterações: as partes sobre o respeito à diversidade tiveram as expressões identidade de gênero e orientação sexual apagadas.

A expressão orientação sexual foi citada cinco vezes no texto encaminhado à imprensa, mas no documento oficial entregue ao CNE o termo foi suprimido, conforme nota publicada (MEC [...], 2017). Corroborando para legitimar estas informações, o trecho a seguir corresponde à BNCC enviada à imprensa:

Assim, a equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente *aberta à pluralidade e à diversidade*, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo, identidade de gênero, orientação sexual ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender. (Brasil, 2017a, p. 11, grifos do autor).

Já a versão da BNCC entregue ao CNE registra do seguinte modo:

Assim, a equidade requer que a instituição escolar seja deliberadamente *aberta à pluralidade e à diversidade*, e que a experiência escolar seja acessível, eficaz e agradável para todos, sem exceção, independentemente de aparência, etnia, religião, sexo ou quaisquer outros atributos, garantindo que todos possam aprender. (Brasil, 2017b, p. 11, grifos do autor).

Com o intuito de justificar as discrepâncias entre os textos enviados à imprensa e ao CNE, o MEC informou que a versão final do documento passou por ajustes que retiraram redundâncias, mas que as alterações não afetam os propósitos da Base.

De acordo com a presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Maria Inês Fini, a retirada do termo *orientação sexual* da terceira versão da BNCC foi uma decisão do comitê gestor responsável pelo documento e que a proposta enviada aos jornalistas não era a versão final revisada, que já contemplava essa alteração (MEC [...], 2017).

A seguir, transcrevemos a nota do MEC explicando a discordância dos textos:

O documento da Base Nacional Comum Curricular entregue ao Conselho Nacional de Educação preserva e garante como pressupostos o respeito, abertura à pluralidade, a valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, identidades, contra preconceito de origem, etnia, gênero, convicção religiosa ou de qualquer natureza e a promoção dos direitos humanos. A versão final passou por ajustes finais de editoração/redação que identificaram redundâncias. O texto encaminhado aos conselheiros, na quarta-feira (05/04), já contemplava esses ajustes. O documento apresentado à imprensa (04/04) de forma embargada com antecipação, em função da complexidade do assunto, passou por uma última revisão. Em momento algum as alterações comprometeram ou modificaram os pressupostos da Base Nacional



Comum Curricular. A BNCC estabelece competências a serem alcançadas para todos os alunos, desenvolvidas em todas as áreas e por componentes curriculares que seguem as diretrizes das competências do sec. XXI. Essas competências pressupõem que os alunos devem aprender a resolver problemas, a trabalhar em equipe com base em propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Tudo isso, sempre, respeitando a diversidade (MEC [...], 2017).

Apesar da justificativa do MEC, a alteração gerou reações negativas de diversos setores da sociedade. A remoção do termo *orientação sexual*, bem como a retirada das discussões sobre gênero, foi uma demanda de setores conservadores do Congresso Nacional. E, de acordo com Darc (2017), a exclusão dos termos *gênero e orientação sexual* da BNCC foi criticada, no início de maio de 2017, pela Organização das Nações Unidas (ONU), durante a Revisão Periódica Universal (RPU) – ocasião em que membros da ONU avaliam um país em questões ligadas a Direitos Humanos (Movimentos [...], 2017).

Ao longo da História recente, grande parte dos movimentos sociais elegeu como princípio a luta pela garantia do direito à discussão sobre a sexualidade e as questões de gênero no ambiente escolar. Em vista disso, as entidades que agem em prol do direito à educação prometem contestar a versão da BNCC (Movimentos [...], 2017). Entre as principais críticas estão a exclusão da discussão pedagógica sobre questões relacionadas ao gênero e à orientação sexual e o fato de o governo não ter levado em consideração todos os debates realizados desde 2010.

A sexualidade e o gênero são temáticas inerentes à existência mesma dos indivíduos, portanto trazer esse debate para a escola é essencial para a formação política, ética e identitária dos estudantes. A respeito dessa discussão, assim se posiciona Louro:

Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ações várias tecnologias de governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos (Louro, 2000, p. 25).

Melhor dizendo, no mais das vezes é a escola que propicia as primeiras discussões a respeito de sexualidade e gênero, firmando-se como o *locus* onde crianças e jovens constroem seus próprios saberes sobre seus corpos e desejos. E, ao excluir essas questões da BNCC, abre-se espaço para que este debate seja suprimido das escolas, uma instituição que tem por missão garantir um pensamento crítico-reflexivo dos indivíduos e respeitar todas as formas de identidade.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, buscamos a compreensão mais aprofundada da realidade e dos fenômenos, preservando-os em seus contextos e intervenientes, investigando suas significações mais íntimas ou singulares. Assim, optamos pela abordagem qualitativa por entendermos que esta “fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos



comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (Gaskel, 2002, p. 65).

Em relação ao modo como os dados foram obtidos, este estudo caracteriza-se como pesquisa de campo, fundamentada no método em que o pesquisador colhe os dados para análise diretamente do ambiente natural em que o fenômeno ocorre. Desse modo, “como qualquer outro tipo de pesquisa, a de campo parte do levantamento bibliográfico. Exige também a determinação das técnicas de coleta de dados mais apropriadas à natureza do tema e, ainda, a definição das técnicas que serão empregadas para o registro e a análise” (Prodanov, 2013, p. 60).

Os dados foram obtidos por meio de uma entrevista semiestruturada contendo sete perguntas. Numa entrevista, o pesquisador deve atentar para “[...] cada palavra como se ela fosse potencialmente desvendar o mistério que é o modo de cada sujeito olhar para o mundo” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 137).

As entrevistas foram realizadas com quatro professoras dos anos iniciais do ensino fundamental numa cidade do sudoeste da Bahia, pela primeira autora. Os nomes das professoras foram suprimidos e elas foram identificadas nas entrevistas como P1, P2, P3 e P4, com idades de 24, 28, 46 e 45 anos, respectivamente. Vale ressaltar que observamos os procedimentos éticos para efetivação de pesquisas com seres humanos, portanto, foi solicitada a assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo a explicação dos objetivos da pesquisa, relevância, riscos, benefícios, garantia de confidencialidade e anonimato.

As informações obtidas nas entrevistas foram escrutinadas de acordo com a análise de conteúdo, na modalidade temática, conforme Bardin (2011) composta por três fases. Na fase de pré-análise, fizemos a transcrição das entrevistas e a leitura flutuante; na fase da exploração do material, utilizamos a regra de recorte das unidades de registro pelo *tema*, e as unidades de contexto pelo *parágrafo*; o critério de categorização foi *semântico*; na fase de tratamento dos dados fizemos a inferência e interpretação. Destacamos que a análise das informações decorreu pelo método indutivo, à posteriori, ou seja, partimos dos dados para codificação, categorização e as abstrações.

Da análise de conteúdo emergiram quatro categorias temáticas: *Atividades e brincadeiras*, *Padrões sexistas*, *BNCC: Identidade de gênero e orientação sexual*, e *Sexualidade e gênero* que serão apresentadas e discutidas a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, nesta investigação, objetivamos responder à sua questão-base: Qual a concepção dos professores sobre sexualidade e gênero no contexto escolar? Para sua concretização, nos valem de uma entrevista semiestruturada, que nos propiciou as informações para esta análise.

Os entrevistados que se propuseram a participar desta pesquisa sentiram-se à vontade para discorrer sobre a temática, uma vez que “[...] falar sobre sexualidade, por si só, já é um desafio; as resistências são muitas, exigindo de todos os envolvidos revisar conceitos, superar preconceitos e estereótipos, olhar reflexivamente sobre a



própria sexualidade, lidar com tabus, medos, vergonhas” (Maistro, 2009, p. 38).

Categoria: Atividades e brincadeiras

Esta categoria temática agrupa as unidades de contexto sobre *atividades e brincadeiras* promovidas pela escola que contribuem para a promoção de habilidades e interesses diversos entre alunos e alunas.

A entrevistada P2 (28 anos) assegura: “Busco sempre fazer atividades e brincadeiras que todos possam compartilhar em conjunto, onde os mesmos [alunos e alunas] experimentam das mesmas tarefas. No recreio já percebo que ambos buscam fazer brincadeiras ao próprio gosto, meninas com meninas e meninos com meninos”. Observamos que, na avaliação da professora P2, a escola não propicia condições para que meninos e meninas realizem habilidades diferentes. Ela diz que cria atividades para que alunos e alunas participem, no entanto, admite a separação de brincadeiras segundo o sexo no recreio.

Não estaria a escola *fabricando* essas diferenças entre os sexos de forma sutil, quase imperceptível, cristalizando a percepção de naturalidade para muitos? Para Louro (2014, p. 67) “são, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamentos e, em especial de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como *natural*”.

A entrevistada P1 discorda da professora P2, no que diz respeito à isenção da escola como propagadora das diferenças entre alunos e alunas. Segundo a professora P1 (24 anos): “[...] a escola ainda reforça o que a sociedade impõe. Há a segregação de gênero nos dizeres tão conhecidos ‘coisas de menina’ e ‘coisas de menino’. Por exemplo, o lugar das meninas é na dança, nas brincadeiras de corda, bambolê. Já os meninos no futebol, capoeira e assim vai...”.

Nesse diapasão, Camargo e Ribeiro esclarecem que:

[...] o processo educativo, desde a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, deveria possibilitar a mudança. Muitas vezes, as tarefas do mesmo sexo entre as crianças não deixam espaço para a possibilidade que meninos e meninas têm de experimentar brincadeiras e atividades diferenciadas das estereotípias sexuais: ser menino pressupõe atividade, firmeza, impulsividade, curiosidade e papéis de liderança; ser menina pressupõe passividade, docilidade, obediência, preocupação com o bem-estar dos outros, ajuda incondicional (Camargo; Ribeiro, 1999, p. 107).

Apesar de as escolas manterem um discurso de igualdade de direitos e deveres, bem como uma neutralidade no que diz respeito à educação de meninos e meninas, é possível que os padrões sexistas possam ser impostos pela instituição de forma inconsciente. Assim sendo, é necessário que os educadores questionem o que ensinam, como ensinam e a percepção dos alunos sobre o que aprendem. Para Louro (2014, p. 69) “trata-se de pôr em questão relações de poder que compartilhamos, relações nas quais estamos enredados/os e que, portanto, também nos dizem respeito”.



Categoria: Padrões sexistas

Para elucidar esta categoria temática sobre *padrões sexistas* existentes na sociedade atual trazemos as unidades de contexto que retrata as opiniões dos informantes. Para a professora P3 (46 anos), “[...] a sociedade é muito machista, pois sempre acha que o homem adquire melhor desempenho nas profissões que a mulher”. Por um lado,

[...] ainda que estejamos em pleno século XXI e fale-se muito em igualdade de gênero, sabemos que na prática isso está longe de acontecer. Em minha opinião a mulher ainda é vista como aquela dona do lar e as que fazem outras escolhas recebem olhares tortos. Assim também no mercado de trabalho não são valorizadas igualmente como os homens (Entrevistada P1).

Por outro lado, a informante P2 expressa uma opinião diferente das demais:

Hoje em dia a mulher se mostra tão independente quanto o homem, faz atividades que só homens faziam, adquirem seu próprio dinheiro através do seu esforço e muitas já possuem até casa própria. Conheço homens que fazem o trabalho doméstico enquanto a mulher trabalha, o que para algumas pessoas ainda soa estranho, Mas no geral, penso que ocorreu um avanço e a sociedade não tem que esperar nada, estamos mudando constantemente e isso pode ser bom (Entrevistada P2).

Isso demonstra que, ao mesmo tempo em que a professora diz pensar não existir diferenças na expectativa da sociedade em relação aos papéis do homem e da mulher, ela se contradiz ao citar que alguns consideram incomum o homem se encarregar das tarefas domésticas enquanto a mulher trabalha. Com isso, avaliamos que, de algum modo, ela admite existir os padrões sexistas impostos pela sociedade.

Sobre esses padrões:

As sociedades estabelecem lugares sociais que são demarcados em termos de gênero, classe, raça, geração, religião, entre outros. Mas o gênero tem sido, nas sociedades que conhecemos, o primeiro desses critérios, aquele que estabelece, desde que a pessoa nasce e é identificada a partir de características sexuais com papéis esperados de gênero, que atividades ela poderá exercer em sua vida, e quanto poder terá em suas relações (Wolff; Saldanha, 2016, p. 25).

Nesse sentido, a sociedade estabelece condutas que são definidas pelo gênero e, muitas vezes, se constituem de forma sutil e imperceptível. No entanto, como quaisquer outros aspectos da natureza humana, podem ser modificadas, transformadas e repensadas.

Categoria: BNCC: Identidade de gênero e orientação sexual

Nesta categoria temática os informantes esclarecem sobre a retirada dos termos identidade de gênero e orientação sexual da versão final da BNCC. Sobre esse assunto



a entrevistada P4 relata “Eu assisti a uma reportagem sobre isso. Mas não tenho nenhuma leitura, portanto prefiro não opinar”. Por outro lado, a informante P3 discorda “Não concordo. Os PCNs tinham orientações legais para que nós professores conseguíssemos direcionar os alunos sobre o tema. Deveriam manter na BNCC”. A entrevistada P2 aponta:

Sempre existirão pessoas que são contra e favor de algo. Sempre existirão conflitos e isso é uma questão social. Se o MEC retirou essa versão, penso que ainda existe um confronto grande sobre esta questão. Eu não concordo, pela seguinte razão; as pessoas não procuram ler o documento antes de criticar, elas apenas leem o tema e já julgam por si, não deve ocorrer dessa forma. Antes de julgar algo que seja inconveniente, devemos analisar a fundo se realmente prejudica, e não esnobar pelo seu tema sem realmente conhecê-lo.

Isso quer dizer que cada professora tem uma visão muito particular acerca da retirada dos termos identidade de gênero e orientação sexual da versão final da BNCC. A entrevistada P3, em sua análise, avalia que a postura do MEC interfere negativamente na ação pedagógica dos docentes sobre como agir no ambiente da sala de aula quando as temáticas surgirem. Já a professora P2 demonstra uma visão abrangente sobre as possíveis razões que levaram à remoção dos temas da BNCC, pois, concordando com

[...] no Brasil, a Educação Sexual passou e passa por movimentos que avançam e recuam e ainda não está incorporada ao sistema educacional. Considera-se também que mesmo uma proposta intencional e sistematizada carrega a concepção de mundo idealista, a-histórica e maniqueísta, demandando do aprofundamento da temática (Camargo; Ribeiro, 1999, p. 50).

Resta claro que não basta as temáticas de sexualidade e gênero estarem inseridas nas políticas curriculares, faz-se necessária uma construção transformadora que revise os conceitos produzidos pela sociedade e permita aproximar professores, família e demais interessados para contribuírem efetivamente nas práticas educativas.

Categoria: Sexualidade e Gênero

Com relação a esta categoria os informantes relatam sobre seu conhecimento advindo de leituras sobre as temáticas sexualidade e gênero e como elas contribuem para a atuação e formação profissional.

O informante P4 foi um pouco evasivo destaca apenas que conhece “Muito pouco” sobre o assunto. Já P3 elucida “Li livros que orientam sobre sexualidade, assim posso ajudar os alunos a conhecerem seu próprio corpo e respeitar a sexualidade de cada um”. A partir da contribuição de P3, constatamos seu comprometimento em conduzir o processo de reflexão que permite ao aluno selecionar seus valores, assumir posturas e desenvolver conhecimentos respaldados na criticidade e no respeito mútuo.

Para Figueiró (2006, p. 94), a ação do professor em refletir sobre os assuntos ligados à sexualidade e à educação sexual “[...] contribui sobremaneira para repensar



sobre o papel do professor. Pode dar-lhe aprimoramento em sua capacidade de ser empático com os alunos e nas habilidades necessárias para trabalhar valores, atitudes e sentimentos”. P1 relembra a sua formação na universidade: “Durante meus estudos na faculdade muito foi discutido sobre a temática, o que muito contribuiu para a minha atuação em sala de aula [...]”. A professora P2 enfatiza “Só li o PCN, mas não me aprofundei. Penso que pelo pouco que li, é um assunto importante e que precisa ser trabalhado em sala de aula”.

Chama atenção o desinteresse por publicações que trabalham com as temáticas de sexualidade e gênero por parte de alguns educadores. Apesar de reconhecer a relevância do tema, as professoras não buscam uma compreensão mais ampla e contextualizada, visto que:

[...] a sexualidade é uma das questões que mais têm trazido dificuldades, problemas e desafios aos educadores, no seu trabalho cotidiano de ensinar. A manifestação da sexualidade dos alunos no espaço escolar ou, mais comumente, na sala de aula está, de modo geral, exacerbada, tendo em vista a forma como a sociedade atual e os meios de comunicação, em especial, abordam-na. Temos observado forte instigação ao sexo, como também um rompimento com os valores morais e sexuais há muito estabelecidos (Figueiró, 2006, p. 94).

Conseqüentemente, essas dificuldades em lidar com as questões relacionadas à sexualidade e ao gênero em sala de aula afetam as interações sociais, em especial, entre o professor e os alunos, pois a disposição dos estudantes – direta ou indireta – em ouvir e falar sobre o assunto eclode em um desconforto para o educador não habilitado com esse tipo de temática.

Ao considerar o que foi o visto nas linhas anteriores, resta aos professores tomarem novas atitudes, pois, na opinião de Figueiró:

[...] a temática “sexualidade” pode ser um ponto capital na formação continuada, ou seja, no exercício de busca de crescimento pessoal e profissional do professor. [...] se a formação continuada for desenvolvida tendo como centro a sexualidade, poderá haver significativo progresso no relacionamento professor-aluno e em todo o processo de ensino e aprendizagem (Figueiró, 2006, p. 93).

Assim sendo, tanto o ato de ensinar, quanto a formação continuada dos professores nas questões que abrangem a sexualidade e o gênero, devem ser considerados uma prática social. E, sobretudo, devem se desenvolver sob uma perspectiva de trabalho coletivo da equipe escolar, determinando princípios educativos que formem indivíduos para o exercício da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender a concepção dos professores sobre sexualidade e gênero no contexto escolar. Para este intento, contamos com a colaboração de quatro professoras do anos iniciais do ensino fundamental, que se propuseram a responder a uma entrevista semiestruturada.



A análise de conteúdo temática resultou nas seguintes categorias: *Atividades e brincadeiras*, *Padrões sexistas*, *BNCC: Identidade de gênero e orientação sexual*, e *Sexualidade e gênero*. Dentro das unidades de contexto das respostas analisadas sobre os relatos das educadoras evidenciamos uma concepção das professoras permeada por contradições e inseguranças sobre estas temáticas no ambiente da escola.

Foi possível constatar que as professoras vivenciam de maneira muito intensa as questões relativas à sexualidade e o gênero no dia a dia dos alunos, inclusive, episódios de comportamentos tidos, pelos padrões sociais, como inadequados em relação à sexualidade, foram relatados por todas elas. Nesse tipo de situação, é necessário que o professor intervenha com serenidade, por meio do diálogo, a fim de trabalhar o respeito mútuo e o combate à homofobia.

Apesar da falta de consenso na avaliação das professoras quanto ao possível papel da escola como segregadora nas situações que envolvem alunos e alunas, verificamos que, mesmo de forma sutil, essa separação ocorre nas práticas rotineiras e que as educadoras deveriam despender mais atenção a esta questão. É habitual aceitar como verdades o que o menino e a menina podem e devem fazer, no entanto, no ambiente escolar, cabe ao processo educativo escolher entre manter os tabus ou quebrar as práticas sexistas.

No que se refere à retirada das expressões identidade de gênero e orientação sexual do documento da BNCC, quase todas as professoras responderam de forma pouco crítica e sem uma discussão mais abrangente, mas a grande maioria discordou timidamente da ação do MEC. No entanto, reconheceram que os educadores devem ajudar a desenvolver de forma libertária os educandos, com a finalidade de transformá-los em pessoas mais tolerantes e menos preconceituosas.

É preocupante o fato de que as temáticas sobre sexualidade e gênero nas políticas curriculares propostas para os anos iniciais do ensino fundamental não sejam discutidas de forma relevante, cuidadosa e crítica. A supressão destas questões na BNCC desrespeita o Plano Nacional de Educação e o trabalho realizado com profissionais da educação por meio de conferências para elaborar a base, além de ferir os princípios básicos da educação, que assegura a igualdade entre os estudantes.

Apesar de essas temáticas trazerem aos professores inúmeras dúvidas e desafios em seu papel cotidiano de educar, materiais e pesquisas que as privilegiem ainda são escassos. Diante disso, é preciso que a comunidade escolar se prepare para o debate sobre estes assuntos e melhore sua formação, procurando não deixar que os alunos sanem suas dúvidas em fontes informais.

Por meio das informações obtidas nesta investigação, restou claro que a concepção dos professores sobre sexualidade e gênero é marcada por dúvidas e incertezas sobre como lidar com questões que, por vezes, são veladas até nas políticas educacionais. Isso corrobora a tese de que é impossível combater a discriminação com uma política excludente.

Finalizando, destacamos que o conhecimento deve ser construído no dia a dia e que um longo caminho ainda precisa ser percorrido, então recomendamos novas investigações que analisem amplamente a abordagem desta temática em sala de aula, assim como pesquisas abrangendo alunos, pais, professores, gestores e toda a



comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 2011.

BORGES, Helena. MEC corta homofobia da lista de preconceitos que devem ser combatidos na educação. **The Intercept Brasil**, 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/04/07/mec-corta-homofobia-da-lista-de-preconceitos-que-devem-ser-combatidos-na-educacao/>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**: terceira versão. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2017a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 22 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**: terceira versão. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2017b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 11 set. 2017.

CAMARGO, A. M. F. de; RIBEIRO, C. **Sexualidade(s) e Infância(s)**: a sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna, 1999.

DARC, L. Retirada dos termos “gênero” e “orientação sexual” da Base é criticada na ONU. **Abrelivros**. 2017. Disponível em: <http://www.abrelivros.org.br/home/index.php/noticias/7370-retirada-dos-terminos-genero-e-orientacao-sexual-da-base-e-criticada-na-onu>. Acesso em: 22 ago. 2017.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de Educadores Sexuais**: adiar não é mais possível. Londrina: Eduel, 2006.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M.; GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002. p. 64-89.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

MAISTRO, V. I. A. Desafios de um projeto de educação sexual na escola. *In*: FIGUEIRÓ, M.N. D. (org.). **Educação sexual**: em busca de mudanças. Londrina: UEL, 2009. p. 35-62.

MEC tira termo 'orientação sexual' da versão final da base curricular. **G1**, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/mec-tira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2017.

MOVIMENTOS pró-educação criticam retirada de questão de gênero da base curricular nacional. **Rede Brasil Atual**, 2017. Disponível em:



<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2017/04/movimentos-pro-educacao-criticam-retirada-de-questao-de-genero-a-base-curricular-nacional>. Acesso em: 22 ago. 2017.

OLIVEIRA, A. L. A. R. M. **O discurso pedagógico pela diversidade sexual e sua (re) articulação no campo escolar**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Recife, 2009.

ORIANI, V. P. **Relações de gênero e sexualidade na educação infantil**: interfaces que envolvem as práticas pedagógicas. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

PRODANOV, C. L. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIZZATO, L. K. **Percepções de professores/as sobre gênero, sexualidade e homofobia**: pensando a formação continuada a partir de relatos da prática docente. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

VIANNA, C. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 127-143, maio/ago. 2012.

WOLFF, C. S.; SALDANHA, R. A. Gênero, Sexo e Sexualidade: Categorias do Debate Contemporâneo. In: BUENO, André da Silva; ESTACHESKI, Dulceli Tonet; CREMA, Everton Carlos (Org.). **Gêneros, educação e sexualidades**: reconhecendo diferenças para superar [pré]conceitos. União da Vitória: Edição LAPHIS/Unespar, 2016. p. 14-41.